

TEATRO E EPISTEMOLOGIA perspectivas de interação

Adilson Florentino¹ (UNIRIO).

1

Este ensaio propõe uma reflexão em torno do teatro como campo de conhecimento e como campo de investigação. O eixo analítico que aqui se deslinda está apontado para refletir sobre as condições de possibilidade de produção de conhecimento e refletir sobre a especificidade do problema do conhecimento no campo teatral, bem como seus obstáculos e limites, na tentativa de estabelecer as relações entre teatro e epistemologia.

Teatro; epistemologia; perspectiva epistemológica; arte; ciência.

This paper proposes a reflection on the theater as a field of knowledge and as a field of research. The analytical axis that is pointed unravels herein to reflect on the conditions of possibility of knowledge production and reflect on the specific problem of knowledge in the field of theater, as well as its limitations and obstacles in an attempt to establish the relationship between theater and epistemology.

Theater and epistemology; epistemological perspective; art and science.

O eixo problematizador que descortina o conjunto de reflexões tecido no âmbito deste trabalho nasce da complexa tentativa de estabelecer uma relação entre o teatro como campo de conhecimento e as preocupações epistemológicas que nele estão engendradas. O eixo analítico que aqui se deslinda está apontado para refletir sobre as condições de possibilidade de produção do conhecimento e refletir sobre a especificidade do problema do conhecimento no campo teatral, bem como seus obstáculos e limites, na tentativa de estabelecer as relações entre teatro e epistemologia.

A perspectiva epistemológica com a qual eu me vinculo como pesquisador do campo teatral é a epistemologia histórico-crítica, cuja filiação conceitual encontra-se em três grandes projetos: a epistemologia histórica de Bachelard, a epistemologia

racionalista-crítica de Popper e a epistemologia arqueológica de Foucault.

A PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA

A fim de penetrar nas malhas da reflexão que pressupõe a interação entre teatro e epistemologia, faz-se mister trazer à luz algumas considerações conceituais acerca da perspectiva epistemológica para, logo em seguida estabelecer o diálogo com o teatro como campo de conhecimento e investigação.

A ciência como instituição está pactuada com a verdade, e para fazer valer o seu projeto conta com a relevante contribuição de procedimentos altamente rigorosos. Todavia, o debate contemporâneo sobre a problemática da ciência pressupõe que ela não é objetiva, principalmente por ter como ator protagonista o sujeito cognoscente, necessitando, por isso, de algo que exerça uma

constante vigilância para a manutenção do controle e a garantia de que esteja próxima do mundo real. Na intenção do movimento do processo de vigilância da ciência, emerge então a epistemologia.

Nas análises heurísticas de Piaget (2000) sobre a questão científica, a epistemologia é definida por dois momentos: um como o estudo da constituição dos conhecimentos válidos e outro como o estudo do passo de estados de mínimos conhecimentos aos estados de conhecimentos mais rigorosos e avançados.

Seguindo as reflexões de Japiassu (1988), há três elementos importantes em toda a relação do conhecimento que, por sua vez, constituem os parâmetros para os estudos epistemológicos, a saber: o sujeito cognoscente, o objeto cognoscível e a realidade.

Na perspectiva dialética, a epistemologia interpreta por realidade aquela totalidade conhecida, aquela totalidade concreta que, como defende Kosik (1989), é constituída pela práxis humana.

Quanto ao objeto de estudo, ele pode ser compreendido como a representação conceitual do sujeito em seu processo de interação com a realidade; conclui-se, então, que objeto de estudo e realidade não são a mesma coisa, ainda que o objeto seja parte constituinte da realidade. Para que o objeto de estudo surja, há necessidade de que o sujeito cognoscente possa existir. O sujeito cognoscente é constituído por uma estrutura cognitiva que esteja fora dos limites da realidade, mas que intenciona conhecê-la. Nesse pressuposto localiza-se a necessária existência de um sujeito social e de um método na relação do conhecimento.

O sujeito cognoscente ou sujeito epistêmico, ao se defrontar com o mundo real, produz o objeto de estudo. Por esta razão, a determinação do objeto de estudo está numa relação de dependência com o sujeito epistêmico e a concepção de realidade nele implicada. É possível pressupor que o objeto não é visível no mundo real, porém está visível no sujeito epistêmico.

Na análise da relação entre realidade e objeto de estudo, ambas as categorias resultam insuficientes para o fazer científico, pois há a necessidade de acrescentar nos termos dessa relação o sujeito epistêmico; é a partir da aparição do sujeito epistêmico que há possibilidade de afirmação da ciência e, portanto, da epistemologia.

Os fundamentos dessa questão foram colocados por Piaget (2000) quando disserta que o conhecimento científico esforça-se para chegar a uma objetividade cada vez mais rigorosa, mediante um duplo movimento de adequação no que concerne ao objeto e ao sujeito individual com relação ao sujeito epistêmico.

Os modos de fazer ciência não são perenes e nem imutáveis; há um íntimo vínculo entre a reflexão epistemológica e os avanços das ciências. E no que diz respeito à compreensão da importância do sujeito epistêmico, a tradição filosófica grega carecia de um sujeito desta natureza, pois contava com um sujeito sem método e que não era capaz de estabelecer a ruptura com o senso comum.

A esse respeito Piaget (2000) recorda que Aristóteles somente formulou as orientações das diversas epistemologias do senso comum, o realismo e o empirismo, e se

encontrou fechado dentro das fronteiras de um senso comum qualitativo.

A partir de Descartes, no século XVII, funda-se a epistemologia moderna, contendo três aspectos básicos: aquele que introduz a existência do sujeito cognoscente não-contemplativo, e sim criador e produtor; a incorporação do tempo e o movimento no campo das ideias; e a vinculação do pensamento com a realidade, ou seja, o princípio da causalidade.

No século seguinte, Kant (2003) defende outro modo de colocação dos problemas epistemológicos, atribuindo mais qualidades ao sujeito cognoscente, com o objetivo de lograr uma ampla objetividade na ciência.

No século XIX, Hegel (1999) introduz nos estudos da epistemologia a consideração da história, e caracteriza o conhecimento de modo progressivo a partir da sucessão da tríade dialética:tese, antítese e síntese.

No século XX, o pensamento de Bachelard (2002) sintetiza a nova concepção de epistemologia como reflexão sobre as ciências em vias de realização. O racionalismo de Bachelard parte de uma filosofia sem conclusões, pois nada está dado, tudo se constrói; mais que estudar o conhecimento válido, o interesse deve recair sobre o conhecimento não válido. Aqui se configura a noção de um conhecimento-processo em detrimento de em conhecimento-estado; o conhecimento-processo está em vias de se fazer. Nessa perspectiva, o conhecimento se realiza por um processo permanente de construção.

Nos fios entrelaçados da racionalidade, Bachelard propõe estabelecer um diálogo entre o sujeito cognoscente e a

realidade, bem como explicita que o objeto científico desse diálogo torna possível uma relação de concordância entre esses elementos.

Na interação entre o sujeito cognoscente e a realidade não deve haver a predominância de um elemento sobre o outro, isto é, nem o sujeito deve estar acima da experiência, como ocorre na concepção idealista; nem a realidade deve ter a primazia sobre o sujeito, como ocorre na concepção realista. O primado do sujeito (subjetivismo lógico) e o primado do objeto (objetivismo lógico) são os pólos problematizados por Bachelard.

Sem diálogo não haveria uma atitude polêmica do pensamento científico frente ao mundo do fazer científico; essa atitude crítica é que permite conceber o conhecimento como algo que está em vias de construção, ou seja, a ciência em realização no contexto de um mundo real que também está em movimento.

Bachelard (2004), para destacar que a epistemologia não é um discurso do método e nem um receituário, propõe uma epistemologia que capte a lógica do erro para construir a verdade, cujo interesse é por uma ciência em vias de realização.

Nesse processo de vigilância da epistemologia sobre a ciência, há a necessidade de se detalhar alguns eixos epistemológicos que encontram a sua razão de ser, precisamente, no processo paradigmático do conhecimento. Torna-se relevante também esclarecer que a epistemologia toma como base a existência da ciência no instante em que sujeito cognoscente, objeto de estudo e realidade encontram-se em diálogo.

O processo paradigmático contém três níveis: o nível paradigmático, que implica uma

visão de mundo com princípios teóricos muito genéricos e com uma lógica de intercorrelação; o nível teórico ou científico, que possui um conjunto de proposições emanadas de princípios teóricos gerais; e o nível estratégico e metodológico, que constitui o nível mais concreto que nos permite chegar à realidade através de um conjunto de técnicas e instrumentos de coleta de dados. Neste contexto, a tarefa da epistemologia é captar os erros em qualquer um desses níveis acima descritos, assumindo o seu papel no exterior do processo paradigmático.

De modo sumário, é possível pressupor que em toda ciência há dois momentos básicos que são: o da experiência e o da teoria. Bachelard (2002) situa o racionalismo aplicado e o materialismo técnico no centro das polaridades, como uma síntese das experiências anteriores e como a superação dos erros encontrados.

O racionalismo aplicado se caracteriza pela primazia teórica dos erros, pois só existem erros primeiros que podem ser compreendidos, segundo Canguilhem (2011), pela depreciação especulativa da intuição e pela posição da realidade ante as idéias.

Para Bachelard (2002), o erro possui um valor heurístico e considera a tarefa da epistemologia subsidiar no processo de levantamento dos erros para retificá-los. É importante sublinhar que a concepção bachelardiana de ciência e de realidade são muito específicas, por considerar que não existe realidade fora da ciência e sem a ciência, razão pela qual o conhecimento científico nos permite uma aproximação com o mundo real.

Para corroborar esse ponto de vista, Bachelard (2004) afirma que a realidade não existe antes da ciência e nem fora dela; assim,

a ciência não captura o real, mas indica a direção e a organização intelectuais segundo as quais é possível termos a segurança de nos aproximarmos dela.

No projeto epistemológico de Bachelard é possível a elaboração de uma hierarquização do conhecimento científico para situar os três graus de vigilância que ele menciona. O primeiro grau de vigilância, segundo o autor, consiste na ruptura com o senso comum e em assumir uma atitude de vigilância; trata-se de uma vigilância intelectual, em sua forma simples, mas dirigida a um objeto mais ou menos designado; desse modo, enfrenta-se o primeiro obstáculo epistemológico para o conhecimento científico que consiste no rompimento com o senso comum e com a ideologia.

Esses primeiros passos correspondem ao momento da conquista; do ponto de vista do rigor científico, é um momento difícil para o sujeito que deve capturar os dados e estabelecer os seus limites.

O outro nível do processo paradigmático é o nível técnico metodológico, também conhecido como o momento da construção, determinante em todo o processo da ciência, pois nele se elaboram as categorias e se constroem as teorias.

Como toda construção antecipada é empiricismo, e de fato o perigo mais evidente para a construção do objeto é o excesso de dados, torna-se necessária uma reflexão epistemológica que permita a construção do objeto científico. Isso se dá quando Bachelard introduz o segundo grau de vigilância que supõe a explicitação de métodos.

O racionalismo epistemológico de Bachelard está enfatizado nesse nível, que busca um equilíbrio entre sujeito e realidade e,

logicamente, busca relações adequadas entre teoria e prática, cujos reflexos vão estar presentes no objeto de estudos.

Uma vez lograda toda a concepção teórica e metodológica que culmina com a explicação do fenômeno estudado, há necessidade de retornar aos dados a fim de confrontá-los com os primeiros níveis que permitem reafirmar a teoria, reformulá-la ou refutá-la.

Neste momento de verificação ou comprovação, o terceiro grau de vigilância surge para por a prova o método e a teoria, bem como permite a elaboração de um novo método que supere os erros produzidos anteriormente. Nesse momento, se fecha o círculo do processo paradigmático e a epistemologia logra a sua tarefa de monitorar que o conhecimento científico parta da realidade e regresse a ela, tratando de superar os erros encontrados. Desse modo a epistemologia contribui para o avanço do conhecimento científico.

O importante é que a epistemologia permite decodificar o que tem sido colocado no campo científico, tornando necessária a busca pela verificação tanto nos níveis imediatamente anteriores do processo paradigmático, como é o caso da teoria e da metodologia, até o nível propriamente paradigmático que envolve uma concepção do homem e do mundo.

É possível então, se a teoria e a experiência andam de modo simultâneo, que a epistemologia logre um determinado conhecimento da realidade que conduz o sujeito cognoscente a mudar a sua própria concepção de mundo.

Assim sendo, pode-se afirmar que a ciência é vista em movimento e em luta para se

aproximar da realidade, demonstrando que uma das características do conhecimento científico é a sua capacidade de ser permanentemente autocorrigível; essa característica permite que a epistemologia assuma o seu estatuto de vigilância e a orientação.

De todas essas considerações até então aqui apresentadas sobre a questão epistemológica, parto do pressuposto de que a epistemologia tem como um dos seus objetos o percurso pela história dos sujeitos a respeito da construção do conhecimento científico, com o fito de analisar a lógica pela qual esse tipo de conhecimento se torna objetivado, especializado e é capaz de outorgar a si próprio um estatuto de cientificidade.

Pela epistemologia é possível estudar a gênese da ciência e analisar como os seres humanos têm transformado ou entendido o seu contexto por meio de métodos experimentais ou hermenêuticos, no desejo ou na necessidade de explicar os fenômenos em suas causas e em sua essência.

Ao relacionar a epistemologia com a gênese dos conhecimentos científicos, é possível vislumbrar nela os diferentes alcances que esse tipo de conhecimento possui nas instituições da sociedade, nos saberes ideológicos da época, bem como o impacto e transformação cultural efetivado por um conhecimento objetivo que às vezes é abstraído da realidade.

Do ponto de vista do entorno social e da emergência do conhecimento no contexto da história, o debate epistemológico contemporâneo convida o sujeito a se colocar numa visão ecológica do mundo real em relação a um saber disciplinar (Morin, 2001).

Nessa perspectiva, a atitude do sujeito em contextualizar tende a produzir o surgimento de um pensamento ecológico, no sentido de que situa todo acontecimento, informação e conhecimento em uma relação inseparável com o contexto cultural, social, econômico, político e natural. A função do sujeito é a de situar o acontecimento a seu contexto e compreender como o acontecimento transforma o contexto no qual se situa, banhando-lhe de diferentes luzes (Morin, 2001).

Incorporar uma visão ecológica permite assumir a epistemologia como um modo de compreender a construção do conhecimento unida à vida cotidiana do sujeito. A epistemologia busca compreender o ponto de vista com o qual o sujeito se relaciona com as coisas, com os fenômenos, com os homens e as mulheres e até mesmo com a experiência transcendental. Aquilo que se produz no âmbito pessoal e cotidiano também ocorre no âmbito científico, no qual proliferam diversos sistemas e correntes de pensamento que resultam serem formas de ver o mundo.

É possível comparar a epistemologia com um mirante ou observador que com lentes mais ou menos agudas veem a realidade de modo crítico, dando conta de elaborar um discurso sobre ela e também de lhe dar constituição; esse procedimento não consiste meramente numa observação passiva, mas numa participação ativa no fato do fenômeno estudado.

O que está em jogo é a compreensão do conhecimento não somente como uma interpretação da experiência, nem como algo que somente responde a problemas epistemológicos, nem tão pouco como uma mera definição do ato de conhecer, mas sim

considerado como uma solução para os problemas da vida. Solução que necessita, na visão de Feyerabend (2011), de uma epistemologia que interrogue se os conhecimentos produzidos pela investigação científica conduzem a um benefício social e cultural. Santos (1995) discute essa questão do conhecimento científico como prática social de conhecimento.

Nesse sentido, trata-se de compreender o conhecimento científico como algo que faz parte da vida do sujeito, não só de seus desejos como também de suas necessidades. Nessa perspectiva epistemológica, eu, na qualidade de pesquisador, devo me dar conta de pensar e refletir sobre os alcances e limites de minhas observações sobre as questões teatrais no contexto de minha atuação que estou vendo como objetivo de minha visão subjetiva.

Dessa afirmativa surge uma indagação sobre o que constitui a perspectiva epistemológica. E como tentativa de resposta delinea-se o seguinte: ela é constituída por uma consciência histórica e reflexiva de um mundo que nos observa, nos rodeia e nos absorve, por mais que queiramos objetivá-lo a partir de nossos argumentos racionais.

Para contribuir nesse debate, eu também arrisco numa tentativa de resposta que pressupõe que na perspectiva epistemológica se abriga o “saber fazer pensar” do teatro como conhecimento em suas interseções com os diversos campos disciplinares (inter-transdisciplinaridade).

A perspectiva epistemológica exige, portanto, assumir uma atitude epistemológica de estar em permanente movimento crítico-reflexivo com as categorias e todos os elementos estáveis do conhecimento que

devem ser colocados em ação; a tarefa do pesquisador crítico-reflexivo é fazer fluir todo o material petrificado encontrado, reiluminar os conceitos e conteúdos dessa matéria morta, dissolver a oposição de uma subjetividade e objetividade congeladas para, finalmente, compreender a origem do mundo intelectual e real como um processo de devir (Feyerabend 2011).

Na percepção desse congelamento estático, nos quais dormem os conceitos que muitas vezes são aceitos de modos cego e acríticos, é que Popper (2000) critica a teoria de Khun (2010) acerca da forma como ele concebe o progresso do conhecimento científico em sua teoria da “ciência normal”.

Para Popper (2000), o trabalho que os cientistas exercem no interior da “ciência normal” é a de um sujeito que desenvolve uma atividade científica pouco crítica e reflexiva e por isso assume os paradigmas de um modo ingênuo, sem submetê-los aos processos de dúvida e refutação permanentes. Para Popper, o pensar reflexivo deve ser parte do olhar epistemológico do cientista.

A fim de dar prosseguimento ao presente debate, Bourdieu (2004) demonstra que para construir o objeto de investigação há necessidade de produzir rupturas com as noções dadas e naturalizadas do senso comum e Bachelard (2002) enfatiza que o ato de conhecer implica desarmar aqueles conhecimentos anteriores e inquestionáveis que se transformam em obstáculos epistemológicos.

Da mesma forma, Foucault (1988) estabelece ao longo da sua obra denominada “Arqueologia do Saber” um método de análise da história que a partir da crítica dos grandes temas da história das idéias (unidade,

continuidade, totalidade e origem), e ao tratar os documentos como vestígios arqueológicos, focaliza na revelação das regras de formação dos discursos e de suas descontinuidades a fim de possibilitar a formação de um espaço de dispersão dos saberes.

O trabalho da arqueologia do saber propõe articular o sujeito com as práticas discursivas produzidas nos limites do arquivo, levando-se em conta que:

- a noção de arquivo é mais abstrata que a de biblioteca; o arquivo não é uma estrutura; envolve práticas interpretativas institucionais na articulação entre a sincronia e a diacronia;

- o enunciado, elemento básico, não coincide com a frase, nem com a proposição, nem com a oração, nem com o ato da fala; o enunciado é uma unidade que pertence a outra ordem disciplinar-arqueológica; o enunciado é uma figura que trata de explicar a relação ausência/presença da escritura/leitura; o enunciado se reescreve e se transforma mediante a prática da releitura e da reescritura no arquivo.

O saber, na perspectiva de Foucault, é aquele pensamento implícito e escondido na sociedade, é um pensamento anônimo configurado a partir de certas regras de formação e transformação e que resulta como condição de possibilidade tanto de uma teoria, de uma prática ou de uma ciência. É desse modo que o saber constitui aquela experiência social, ainda que não esteja inscrita de maneira eloqüente em algum enunciado concreto, e que pode se reconstruída a partir da descrição das linhas de visibilidade e enunciação que caracterizam a massa discursiva de um período.

Em seus escritos sobre “As palavras e as coisas”, Foucault (1987) entende por episteme o conjunto de relações que podem unir em uma determinada época as práticas discursivas que dão lugar às figuras epistemológicas, às ciências e aos sistemas formais; a episteme é, em síntese, aquilo com que se define o horizonte de pensabilidade para uma determinada época.

Com a intenção de reconstruir o caminho que conduz ao surgimento das chamadas ciências humanas, Foucault, dá conta das duas grandes rupturas efetuadas na episteme da cultura ocidental. Essas discontinuidades são, por um lado, aquela com a qual se inaugura a época clássica (meados do século XVII) e, por outro, aquela que no início do século XIX assinala o umbral de nossa modernidade. É no seio desta última redistribuição na ordem do saber (reordenamento que substitui a episteme clássica pela episteme moderna) que aparecem as ciências humanas. Este é o momento no qual o homem se constitui como aquele que há de pensar e aquele que há de saber.

Foucault propõe um trabalho de descrição sobre o arquivo, entendendo por ele não a massa de textos recuperados de uma época, mas o conjunto das regras que numa relação de tempo e lugar define sobre o que se pode falar, quais discursos circulam e quais discursos se excluem, quais são válidos, quem os fazem circular e através de que canais. Assim sendo, o método arqueológico recorre a história, mas essa estratégia não implica buscar as verdades do passado, mas sim o passado de nossas verdades. Para Foucault não resulta relevante a análise arqueológica da

veracidade dos documentos, o seu interesse está nas condições de sua aparição.

A análise arqueológica enfatiza a dimensão de exterioridade dos discursos e busca suas condições de existência nas práticas discursivas que também são consideradas práticas sociais.

Como já analisamos anteriormente, Bachelard (2002) introduz o conceito de “obstáculo epistemológico” para denominar aqueles conhecimentos que por diferentes motivos se convertem em correntes ou travas para o processo de investigação científica. Não se trata de obstáculos externos, mas de dificuldades próprias do sujeito que conhece. Foucault também distinguiu alguns obstáculos epistemológicos ao propor uma história do pensamento mediante a descrição arqueológica do documento.

Foucault (1988) opera rupturas com as noções, teorias e tipos de relações que obstaculizam a tarefa de uma descrição arqueológica. Há aqui uma semelhança metodológica com a concepção de Bourdieu (2004) acerca da construção do objeto de investigação. Segundo Bourdieu, o conhecimento só é possível a partir de um processo sistemático e deliberado de desarticulações de saberes prévios e do estabelecimento de um novo feixe de laços conceituais.

Para Foucault, um primeiro obstáculo epistemológico se relaciona com todas aquelas formas que apelam para a continuidade, noções tais como tradição, influências, desenvolvimento, evolução e mentalidade; grandes unidades discursivas pretendidas em livros, obras e autores, bem como temas recorrentes como a origem e o já dito. Foucault

realiza sobre elas um trabalho negativo, desconstrutivo.

Um segundo obstáculo epistemológico se relaciona com a concepção de sujeito que está imbricado na história tradicional. Foucault assinala que no século XIX, Marx, Nietzsche e Freud – segundo Ricoeur (1988), considerados os mestres da suspeita – operaram três descentramentos da função fundadora do sujeito. A partir deles, ingressam no pensamento ocidental novas formas de discursividade que permitem pensar a alienação do sujeito e por em dúvida a possibilidade do homem de governar a totalidade das suas ações.

Em oposição à concepção de sujeito como essência dada, identidade substantiva, caracterizado pela razão, liberdade, vontade e pela capacidade de conhecer a verdade do real em si mesmo, Foucault sustenta que os sujeitos são produzidos no seio de dispositivos. O sujeito é fabricado em dispositivos tais como a família, a sexualidade, o trabalho, cuja parte enunciável está conformada pelo dispositivo discursivo que as atravessa. Nesse sentido, o sujeito se constitui na relação das práticas discursivas e extradiscursivas, próprias de cada dispositivo e no interior de uma trama histórica; o sujeito está enredado nos fios de uma teia de relações históricas.

A reflexão sobre o tema dos dispositivos nos conduz a fazer um levantamento de como Foucault entende o poder. Desde a perspectiva foucaultiana, o poder não é mais pensado como algo que se possui e se transmite, mas é pensado como relações de força que se exercem, relações que, por sua vez, geram resistências. São essas resistências, que podem ou não ser

conscientes e racionais, que dinamizam os dispositivos de poder.

Desse modo, longe de pensar o poder como algo repressivo, para Foucault (1989) o poder é ativo, ou seja, produz sujeitos. O poder atravessa toda a trama social e é exercido de forma verticalizada em redes formadas por um conjunto heterogêneo de elementos discursivos e não discursivos que se articulam configurando os dispositivos.

A análise da episteme é pensada como a análise de um tipo de dispositivo especificamente discursivo. Assim sendo, uma descrição arqueológica dos documentos históricos se ocupa de interpretar o discurso em sua materialidade como produto das práticas sociais concretas, enredadas em dispositivos concretos e buscando mostrar como neles os sujeitos são fabricados.

Um terceiro obstáculo epistemológico pode vincular-se a uma concepção clássica da verdade como descoberta da autenticidade do ser e da gênese das coisas, como relação de correspondência entre as palavras e as coisas, como essência pura passível de ser desvelada pela palavra. Esta concepção da verdade se alinha a uma compreensão da linguagem como mero instrumento e como veículo não problemático; em resumo a uma linguagem que simplesmente nomeia as coisas.

Contrariamente, Foucault (1989) sustenta que a verdade é socialmente construída e compartilhada, como emergente das relações sociais concretas, relações de força, de poder e resistência, que se imbricam formando uma rede. A verdade também é produzida em dispositivos.

A verdade concebida como pressuposto epistemológico pode cumprir uma função metodológica no processo de

produção do conhecimento. Para Foucault (2006) não há nem sujeitos e nem objetos preexistentes ao ato de conhecer, eles se configuram na relação que gera algo distinto ao sujeito e ao objeto, algo singular e novo. Aqui não se trata de uma verdade imposta ao sujeito do conhecimento (ênfase no objeto) e nem de uma verdade contida no sujeito (ênfase no sujeito); o que aqui se destaca é o fato de que sujeito e objeto se co-constituem na relação do conhecimento.

De todo o conjunto de reflexões até então produzido neste trabalho, houve a intenção deliberada de investigar três noções, que no meu entendimento, são de suma importância para poder compreender criticamente os problemas fulcrais que enfrenta a epistemologia contemporânea, são elas: as noções de paradigma, episteme e obstáculo epistemológico.

Na intenção de retomar o fio analítico principal deste trabalho que recai na perspectiva de interação entre o campo teatral e o campo epistemológico, registro o esclarecimento de que o meu foco de interesse não é somente o de problematizar o teatro como objeto de estudo, mas sobretudo, problematizá-lo como campo de investigação. E como campo de investigação, o teatro precisa ser analisado à luz de uma perspectiva epistemológica.

A inserção do teatro na universidade, tanto na graduação como no mestrado e doutorado, reacende um debate interessante entre o campo científico e o campo artístico a partir de novas formulações epistemológicas, entre as quais eu destaco:

- a necessidade de homologar o que pode ser considerado pesquisa em teatro;

- como determinar um modo de investigar cientificamente com instrumentos artísticos.

Numa primeira impressão, essas formulações podem ser vistas como pertencentes ao âmbito metodológico, todavia, elas têm conduzido o debate para um campo institucional, no qual está sendo claramente colocado os limites e contradições da relação arte e ciência que, para além do âmbito específico do teatro ou da ciência, atravessam e chegam aos desafios postos pelas epistemologias contemporâneas.

TEATRO E EPISTEMOLOGIA: *insights* reflexivos

Esse novo espaço de diálogo entre teatro e pesquisa pode ser analisado como uma consequência de determinadas tendências consolidadas nos três últimos decênios do século XX, tanto na esfera artística, incluindo a esfera teatral, como nas mudanças paradigmáticas existentes no âmbito da pesquisa e nos modos de produção do conhecimento.

A polêmica desse debate emerge no instante que o conhecimento científico e a criação artística caminham por vias divergentes a fim de se ocuparem de âmbitos distintos. No entanto, o que está em jogo no debate atual é que a história fundacional da modernidade constitui a história de uma ruptura não conhecida entre subjetividade e conhecimento, experiência e saber científico. A questão do problema do método e a questão epistemológica passam a envolver também o trabalho artístico, gerando a necessidade de uma formalização do processo criativo que transforme o fazer prático em um modo de

interrogação e busca de novas respostas, passando desse modo a ser ensinado.

A forma de entender o que é ciência, o que é considerado conhecimento, as formas de sua produção e difusão estão passando por transformações, ao mesmo tempo que também as formas de entendimento do fazer artístico e de suas formas de produção e comunicação estão em transformação. Um e outro campo, ciência e arte, estão intimamente vinculados a dois grandes espaços, conhecimento e produção da subjetividade e sob os quais se legitimam as formas de poder (Lyotard, 2010).

Agamben (2005) traça uma trajetória analítica, em paralelo, desses dois espaços. Agamben se refere a uma época prévia na construção da história moderna, um momento no qual, todavia, ainda não estava formada a idéia de subjetividade e nem de ciência tal como entendemos hoje.

Para a Idade Média, Agamben distingue dois âmbitos que remetem a realidades divergentes, o do conhecimento e o do que atualmente chamaríamos subjetividade, que então correspondia à idéia de senso comum, construído a partir da experiência pessoal.

O primeiro desses espaços, o conhecimento, que determina os modelos científicos, não tinha a ver com o indivíduo, senão com a revelação de uma verdade superior. O agente dessa verdade estava situado próximo ao religioso, uma entidade impassível e divina. Daí porque ciências como a astrologia estiveram relacionadas com a magia e o sagrado, também vizinhas da mística e da alquimia. Por isso, as ciências estiveram ligadas a uma prática, a um fazer, a uma atitude e a uma dimensão performativa do conhecimento que logo foi herdado pelas artes.

Com o desenvolvimento da subjetividade se cria um eu que vai passar a ser o novo sujeito do conhecimento, do conhecimento teórico ligado à ciência e à atividade mental; como revela Agamben, o *eu penso* que, de início, é tão somente o sujeito gramatical de um verbo de escassa substância espiritual. Esta operação gramatical permite vincular o processo de conhecimento ao indivíduo, criando um arco teórico que liga a experiência pessoal ao saber científico.

Ao fazer o balanço dessa negociação entre arte e ciência, eu parto do pressuposto de que a ciência é reconhecida como um tipo de trabalho teórico, de classe superior, no qual se supõe uma produtividade social. Já a arte estaria a serviço da construção do edifício científico.

Atualmente, a arte já não pode ser entendida como um fenômeno específico e isolado, mas como algo que recorre de modo transversal aos fenômenos cotidianos do mundo da vida. O teatro não é um objeto isolado do mundo, mas constitui uma forma de organização imaginária do mundo, que para ser ativado requer a interação com um fenômeno concernente ao sujeito humano, de modo tal que, como se torna evidente na pós-modernidade, arte e vida se codeterminam e se copertencem.

Na lógica dessa argumentação, o teatro pode ser entendido tanto como objeto de conhecimento, assim também como campo de conhecimento. Portanto, o teatro possui uma particular dimensão epistemológica e cognitiva. Nas produções teatrais é possível ler a sensibilidade de uma época, é possível familiarizar-se com sentimentos, situações, formas de vida, obtendo, então um olhar a partir de dentro. Há nas práticas teatrais uma

determinada visão de mundo que pode vir a constituir-se num certo tipo de conhecimento.

A partir do século XVIII, já tendo passado pelos movimentos do Renascimento e do Barroco e com o surgimento do empirismo e do positivismo como paradigmas do projeto científico, o campo artístico se viu ameaçado pela perda de prestígio e foi dando lugar e vez ao campo científico que passa a ocupar um lugar privilegiado na ordem do saber. A arte vai sendo obrigada a delimitar um espaço específico, diferenciando-se da atividade científica.

Durante o século XIX ainda se testemunhava o divórcio existente entre arte e ciência; mais do que isso, vai ser nesse momento histórico que a separação entre esses dois campos chegou ao ponto de consolidação e eles ocuparam espaços diametralmente opostos, principalmente pela formação de paradigmas divergentes.

Mas, a partir do século XX uma nova perspectiva epistemológica dissolve a oposição reducionista entre ciência e arte. Aqui, historicamente surgem novas perspectivas paradigmáticas que vão revolucionar toda a ciência e as suas bases epistemológicas, tais como a teoria da relatividade de Einstein, a mecânica quântica, a teoria da incompletude de Godel, entre outras (Santos, 1999).

A ciência ao estar assentada nesses novos postulados vai fazendo desaparecer a linha imaginária que as colocava em um lado oposto ao da arte. Agora, na arte tem-se a necessidade de redefinir, numa estreita articulação com a ciência, o seu próprio campo. Isto significa afirmar que a revolução epistemológica da ciência passa a afetar diretamente a arte; a velha dicotomia entre

arte e ciência torna-se estéril. E qual o destino dado à velha oposição entre arte e ciência? Essa velha oposição transforma-se em interação, facilitando a convergência, o intercâmbio e interdisciplinaridade.

A arte é vivência subjetiva, mas também é conhecimento objetivo; é criatividade e experiência individual, mas também é intersubjetividade e contraste de interpretações; não lhe interessa somente o valor, mas também a verdade. Por isso, Popper (2000) vislumbra as semelhanças entre arte e ciência a partir de uma experiência comum entre ambas, a saber, o uso do método de ensaio e erro.

A dissolução da oposição entre arte e ciência se dá de modo produtivo no processo de confrontação e interação existente agora entre ambas. Nessa perspectiva de interação, o teatro necessita construir uma legitimação epistemológica que lhe conceda ocupar um lugar na ordem das ciências e no processo de organização e distribuição do conhecimento.

A pesquisa no campo teatral necessita, muitas vezes, do reconhecimento de uma forma particular de experiência e de conhecimento que está para além dos limites da racionalidade objetiva. Contudo, a racionalidade pode ser aplicada à pesquisa no campo teatral.

Arte e ciência constituem duas formas distintas de interpretação e conhecimento do mundo, mas não são excludentes porque cada uma delas define o seu próprio âmbito de utilidade, valor e verdade. A arte pode nos prevenir dos excessos da ciência em seu objetivo de reduzir o mundo a esquemas, fórmulas e teorias, amparadas pelo estatuto da verdade.

Do mesmo modo, a ciência pode oferecer resistência aos devaneios e delírios da experiência artística que amparados em suas verdades pode conduzir o trabalho investigativo a um puro subjetivismo.

Outro eixo interessante de ser abordado diz respeito à oposição teoria e prática. A tensão que se estabelece entre teoria e prática é uma das estruturas dicotômicas mais densas que estão inscritas na clássica discussão sobre a arte teatral. A separação radical entre os teóricos do teatro e os praticantes da arte teatral, entre aqueles que pisam no palco e aqueles que só especulam sobre ele, também rende fortuna no debate epistemológico.

Do ponto de vista epistemológico, há a necessidade de desbloquear a antítese paradigmática teoria *versus* prática, a fim de produzir uma nova posição e atitude que leve em conta a necessária articulação entre elas. Uma tentativa de enfatizar o problema é estabelecer alguns pressupostos epistemológicos que possam afetar equitativamente não só o âmbito interno da teoria, mas sobretudo a sua relação com a prática.

No caso do teatro, a problemática existente entre teoria e prática afeta diretamente a delimitação e a definição do objeto de estudo. Há diversos fatores que convertem o teatro em um objeto de estudo complexo, opaco e, às vezes, poliédrico, dificultando o surgimento de uma teoria própria.

A revolução ocasionada em diversos campos disciplinares nas últimas décadas despertou os estudos do teatro, mas não o garantiram à determinação de um campo específico de análise e nem implicaram na

especificidade de uma teoria própria do teatro. Isto porque no ardor de incorporar uma atitude acadêmica que legitime o trabalho de investigação teatral e o torne isento tanto do excesso de subjetivismo, como da insuficiência de rigor teórico, houve um certo abuso na aplicação de categorias, conceitos e procedimentos de outras áreas disciplinares, causando a perda de foco no objeto analítico do teatro.

Portanto, o pesquisador teatral deve formar a consciência de que a elaboração das teorias do teatro só pode acontecer no cerne do conhecimento das práticas teatrais, que se caracterizam pela diversidade, pluralidade de formas, gêneros, técnicas e estéticas. O outro lugar no qual as teorias do teatro devem ser elaboradas é no processo de análise crítica das teorias teatrais até hoje existentes.

Em nenhum momento as teorias se desenvolvem à margem das determinações históricas e sociais nas quais são produzidas. A teoria não está, portanto, alijada das preocupações e inquietações que afligem o sujeito pesquisador porque ela não é incompatível com uma atitude prática diante do mundo e do objeto de estudo em questão (Popper, 2000).

Seguindo os rastros da perspectiva epistemológica abordada neste trabalho reflexivo, arrisco defender o pressuposto de que toda teoria do teatro é necessariamente uma teoria crítica da arte teatral, com inevitáveis impactos e efeitos valorativos sobre a prática. Se as teorias do teatro não constituem meras especulações, elas nunca são neutras em relação às práticas teatrais, pois estão carregadas por uma determinada concepção estética do teatro.

A crítica é aqui entendida como uma ferramenta de análise para pensar reflexivamente a prática teatral; nesse sentido, o exercício da crítica no contexto da prática teatral produz um discurso: o discurso crítico. O discurso crítico é produzido pela operação racional do uso de uma teoria, mas, necessariamente, ele não constitui uma teoria.

A teoria para existir precisa ter repercussão no campo da prática, servindo de pressuposto fundamental no trabalho do pesquisador teatral. O espaço da crítica é o de interseção entre a teoria e a prática; a crítica constitui um elemento de mediação entre os termos de uma relação que na ordem das aparências estão separados.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. (2005). *Infância e história*. Belo Horizonte: UFMG.
- BACHELARD, G. (2002). *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- _____ (2004). Os três graus de vigilância. In: *O ofício do sociólogo*. Petrópolis: Vozes.
- BOURDIEU, P. (2004). *O ofício do sociólogo*. Petrópolis: Vozes.
- CANGUILHEM, G. (2011). *Estudos de história e filosofia das ciências*. Rio de Janeiro: Forense.
- FOUCAULT, M. (1987). *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____ (1988). *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense.
- _____ (1989). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (2006). *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes.
- FEYERABEND, P. (2011). *Contra o método*. São Paulo: UNESP.
- HEGEL, F. (1999). *Filosofia da história*. Brasília: UNB.
- JAPIASSU, H. (1988). *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- KANT, I. (2003). *Crítica da razão pura*. São Paulo: Martin Claret.
- KHUN, T. (2010). *As estruturas da revolução científica*. São Paulo: Perspectiva.
- KOSIK, K. (1989). *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LYOTARD, J-F. (2010). *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- MORIN, E. (2001). *A cabeça bem-feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- PIAGET, J. (2000). *Logique et connaissance scientifique*. Paris: Gallimard.
- POPPER, K. (2000). *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix.
- RICOEUR, P. (1988). *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- SANTOS, B. (1995). *Introdução às ciências pós-modernas*. Porto: Afrontamento.

_____ (1999). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento.

¹ Professor Associado da Escola de Teatro e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. adilsonflorentino@gmail.com